

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.330 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2001

Conselho analisa denúncias contra Jader. Mestrinho promete justiça

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar começa hoje a discutir os requerimentos que pedem a apuração de irregularidades atribuídas ao presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho. Elas se referem ao desvio de recursos do Banpará, à venda irregular de títulos da dívida agrária e à denúncia de cobrança de propina para liberação de financiamentos da Sudam. Gilberto Mestrinho disse que o equilíbrio e o senso de justiça irão comandar os trabalhos do conselho.

PÁGINA 3



Edison Lobão prevê semestre de "intensa atividade", com aprovação do "pacote ético"

Lobão diz que investigações não prejudicam atividades

PÁGINA 4



Carlos Wilson deve propor hoje suspensão de servidores

Wilson: "Servidor não é obrigado a cumprir ordem indecorosa"

PÁGINA 4



Mestrinho, presidente do Conselho de Ética, recebe documento com 8,5 mil assinaturas pedindo investigação de denúncias

Althoff entrega representação contra Eurico

PÁGINA 5

Lobão recebe de Aécio autógrafos da emenda que restringe edição de MPs



Para Lobão, emenda das MPs restaura poder do Legislativo

Presidente interino do Senado prevê aprovação definitiva da proposta ainda este mês pelo Plenário.

PÁGINA 5



Bernardo Cabral: Universidade Estadual do Amazonas está sendo inaugurada esta semana

Bernardo Cabral resalta criação de universidade no AM

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) aplaudiu ontem em Plenário a iniciativa do governador Amazonino Mendes de criar a Universidade Estadual do Amazonas (UEA), que está sendo inaugurada.

Bernardo Cabral afirmou que qualquer investimento na área de educação é sempre a melhor opção a ser tomada por um governante. A importância da instituição, continuou, pode ser atestada pelo fato de mais de 170 mil pessoas terem se inscrito gratuitamente no processo de seleção. Ele disse ainda que vários candidatos de municípios do interior do estado foram aprovados e serão contemplados com bolsas de estudo.

Para o senador, as universidades são alavancas do progresso. Ele lembrou que as primeiras universidades do mundo apareceram na Idade Média, nas cidades de Bolonha e Paris, hoje modelos de civilidade e progresso. A palavra universidade, completou o senador, tem origem no latim e remete à idéia de conhecimento.

Entre os vários palestrantes que irão comparecer à universidade ao longo desta semana de inauguração estão juristas e professores, além do próprio senador Bernardo Cabral, que profereirá palestra amanhã.

Hospital universitário pode ganhar nova fonte de receita

Será votado hoje pelo Plenário o projeto que permite a essas instituições cobrarem pela internação de paciente com plano de saúde

O Plenário do Senado votará hoje, em sessão deliberativa às 10h, projeto de lei que permite aos hospitais universitários e de ensino destinar parte de seus leitos a pacientes que possuam planos ou seguros de saúde. De autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a proposta visa permitir que essas unidades hospitalares captem recursos para melhoria da manutenção do estabelecimento e das condições de atendimento.

A matéria, que altera a Lei Orgânica da Saúde, foi relatada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) pelo senador Geraldo Al-

thoff (PFL-SC). O substitutivo que ele apresentou acolheu três emendas do senador Tião Viana (PT-AC) e uma do senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Conforme o texto que vai a Plenário, as internações pagas poderão ocupar até 25% dos leitos operacionais desses hospitais. Os recursos provenientes devem ser empregados integralmente na manutenção e recuperação das instituições, inclusive de setores desativados. O projeto veda a redução do número de leitos à disposição dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Também estão na pauta decre-

tos legislativos que renovam a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia (MG) e a permissão para funcionamento da Rádio Colonial FM, de São João del-Rey (MG).

O Plenário vota ainda requerimento do senador Iris Rezende (PMDB-GO) para tramitação conjunta das propostas de emenda à Constituição que tratam do afastamento do cargo pelos ocupantes de Executivo que queiram disputar a reeleição ou outros cargos. O parlamentar é relator das matérias na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Urgência para novo conselho da Suframa

A requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), o Plenário decidiu votar no dia 9 de agosto o projeto que modifica a composição do conselho administrativo da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

Referindo-se ao fato de que apenas os prefeitos das capitais do Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia compõem o conselho, Mozarildo sustenta que a totalidade dos municípios de cada um desses

estados não está representada. Por isso, ele deseja incluir no conselho da superintendência um representante dos municípios do interior de cada um dos estados situados na área de atuação da Suframa.

Na mesma sessão, o Senado aprovou requerimento do senador Álvaro Dias (PSDB-PR) para que tramitem conjuntamente projetos que modificam a lei que criou o Programa Nacional de Desestatização.



Mozarildo pretende que todos os municípios abrangidos pela Suframa estejam representados

Senado congratula o "Correio da Paraíba"



Ronaldo Cunha Lima propôs o requerimento de congratulação

O Plenário do Senado aprovou requerimento do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) propondo o envio de voto de congratulações ao jornal *Correio da Paraíba* pelo prêmio Imagem Empresarial, recebido da *Gazeta Mercantil*. A entrega da premiação ocorreu na última terça-feira, dia 31, em São Paulo.

Também foram homenagea-

dos empresários de diversos estados que se destacaram nos negócios e foram escolhidos pelos leitores e assinantes da *Gazeta*. Segundo Ronaldo Cunha Lima, o *Correio da Paraíba* mereceu o prêmio em virtude de sua atuação em defesa da economia paraibana. O senador pediu que as congratulações sejam encaminhadas aos diretores e à equipe do jornal.

Homenagem a Aleixo é adiada para 30 de agosto

O Senado adiou para 30 de agosto a homenagem que seria prestada hoje ao político mineiro Pedro Aleixo, pelo centenário de seu nascimento. A nova data foi sugerida pelo senador Francelino Pereira (PFL-MG), autor da proposta.

Como há várias homenagens a Aleixo sendo realizadas em Belo Horizonte, e a Câmara dos Deputados também lhe dedicará uma sessão no dia 30 de agosto, Francelino Pereira preferiu que o Senado celebre a data nesse mesmo dia, para que a família do homenageado não seja obrigada a deslocar-se duas vezes a Brasília.

Articulador em Minas Gerais da Revolução de 1930, Aleixo era presidente da Câmara dos Deputados em 1937, quando Getúlio Vargas deu um golpe de estado e dissolveu o Congresso. Ele foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em favor da redemocratização do país.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 2 DE AGOSTO DE 2001

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PDL nº 37/01, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia (MG); PDL nº 38/01, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Colonial FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João del-Rei (MG); e Requerimento nº 330/01, do senador Iris Rezende, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 46/00 e 6/01, por regularem a mesma matéria.

COMISSÃO

10h - Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
Pauta: reunião administrativa. Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira
9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)
Presidente em exercício: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Conselho de Ética analisa denúncias contra Jader

Senadores começam a discutir na reunião de hoje requerimentos de opositoristas que pedem a apuração de irregularidades atribuídas ao presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar inicia hoje, às 10h, a discussão dos requerimentos da oposição que pedem a apuração de irregularidades atribuídas ao presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA). São objetos dos requerimentos a apuração do desvio de recursos do Banpará, a venda irregular de títulos da dívida agrária (TDAs) e a denúncia de que Jader teria cobrado R\$ 5 milhões para interme-

diar a liberação de recursos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Na reunião deverá ser analisada ainda a representação do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) solicitando que se investigue a participação do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) no episódio da violação do painel do Senado.

O presidente do conselho, Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), aguarda parecer da Advocacia do Sena-

do sobre a possibilidade de instituir comissões com três senadores para relatar os processos. "Não quero tomar uma decisão que depois possa ser questionada", disse.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) não acredita em manobras que impeçam a apuração dos fatos relacionados a Jader Barbalho. "A realidade é implacável e a opinião pública quer a apuração rigorosa de todos os fatos", ressaltou.



Jader se licenciou da Presidência do Senado para se defender de acusações

Senador busca equilíbrio e senso de justiça

O equilíbrio e o senso de justiça irão comandar os trabalhos do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar na apuração de irregularidades envolvendo senadores, afirmou o presidente do órgão, senador Gilberto Mestrinho. Ele admitiu que as acusações contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, são graves e exigem apuração. "Se se confirmarem todas as alegações apresentadas até agora, teremos de fazer, inevitavelmente, uma escolha: restaurar a credibilidade do Senado, por mais dura que seja a medida", disse Mestrinho.

O fato de ser integrante do mesmo partido de Jader – o PMDB – não influirá, de acordo com Mestrinho, na condução dos processos no conselho. "Cumprirei rigorosamente o meu dever, dentro do Regimento, da lei e da Constituição. Vínculos pessoais, de um lado, e ódios, de outro, não combinam com a vida pública. Eu jamais absolverei um amigo que seja culpado, como jamais condenarei um inimigo inocente", disse.



Mestrinho: "Cumprirei rigorosamente o meu dever, dentro do Regimento e da Constituição"

Na avaliação de Gilberto Mestrinho, acima dos interesses dos senadores, está em jogo a imagem do Senado, prejudicada por denúncias de corrupção envolvendo parlamentares. "Quando uma instituição como o Senado sofre máculas, a ameaça não recai sobre um parlamentar. É o

próprio regime democrático que corre risco", observou.

O senador salientou que torce para que as explicações de Jader sejam convincentes, mas garantiu que o Senado não titubeará em punir possíveis desvios. "O Senado tem que ter a coragem de absolver os inocentes – e eu tenho esta coragem. Mas não podemos tergiversar: temos que cortar na própria carne quem quer que seja, se necessário for, para preservar o nome desta instituição", afirmou.

No mesmo discurso, Mestrinho se defendeu de acusações publicadas na imprensa de que ele teria cometido irregularidades na construção do sambódromo de Manaus, quando era governador do Amazonas. Ele entregou à Mesa do Senado documentos que comprovariam a sua inocência.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) se disse certo de que Mestrinho se comportará como magistrado à frente do conselho, "porque acima de tudo está a instituição".

Mestrinho deve acatar a representação e definir relator

O senador Gilberto Mestrinho irá comunicar aos demais membros do Conselho de Ética, na reunião marcada para as 10h de hoje, se o conselho analisará as denúncias contra o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho, encaminhadas em representação pelos partidos de oposição. Mestrinho antecipou ontem, em entrevista, que deverá acatar as denúncias relativas a atos praticados durante o atual mandato de Jader, como discursos em Plenário que possam, eventualmente, representar perjúrio, e explicou que, regimentalmente, não precisa submeter esse tipo de decisão ao conselho.

Mestrinho vai anunciar se um senador ou uma comissão – formada por três senadores – cuidará da relatoria do processo e o nome ou nomes dos escolhidos. Sobre o número de relatores, esclareceu que não se trata de "invenção" sua, pois a possibilidade está prevista, segundo informou,

no Regimento Interno da Casa. Como, tradicionalmente, o conselho sempre indicou apenas um relator para os processos, ele decidiu solicitar um parecer à Advocacia Geral do Senado para não suscitar nenhuma dúvida sobre sua isenção. Disse também que irá seguir o que for recomendado pelos advogados do Senado.

O senador amazonense negou que sua amizade com Jader possa interferir em suas ações como presidente do conselho e garantiu que irá agir, como dirigente daquele órgão, para tentar restaurar a imagem da Casa, que, afirmou, está "bastante arranhada".

– Existe uma perplexidade da sociedade com o volume de notícias relacionadas ao Senado e nós precisamos e vamos apurar os fatos com rigor, mas também com bastante senso de justiça para que não parem dúvidas sobre a correção e a legalidade dos atos do Conselho de Ética – declarou Mestrinho.

Documento com 8,5 mil assinaturas cobra investigação

O senador Gilberto Mestrinho recebeu ontem documento com 8,5 mil assinaturas, coletadas entre 5,5 mil bancários do Pará e a população de Belém, pedindo a apuração do desvio de recursos do Banpará. O abaixo-assinado foi entregue pela presidente do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá, Gislaíne Cunha.

No documento, os sindicalistas solicitam ainda a apuração das denúncias de venda irregular de

títulos da Dívida Agrária (TDAs) e de ilegalidades na liberação de recursos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), todas envolvendo o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho.

Mestrinho garantiu à sindicalista que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, por ele presidido, cumprirá com as suas atribuições, independente de pressões políticas e partidárias. "O presidente do conselho não tem



Mestrinho recebeu documento da presidente do Sindicato dos Bancários do Pará e Amapá

amigos, mas deveres a cumprir", assegurou.

Também presente ao encontro, o senador Eduardo Suplicy (PT-

SP) disse confiar na isenção de Mestrinho na condução dos processos que envolvem Jader. "Ele (Mestrinho) terá a responsabili-

dade de assegurar o amplo direito de defesa e fazer a apuração mais completa possível", comentou Suplicy.



Carlos Wilson: "Nenhum funcionário é obrigado a cumprir uma ordem errada"

Carlos Wilson deve propor suspensão de servidores

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), apresenta hoje o relatório sugerindo punição exemplar para os funcionários envolvidos na violação do painel de votações. O senador informou que não irá propor a demissão dos servidores, mas as punições deixarão claro que nenhum funcionário está obrigado a cumprir uma ordem ilegal. Segundo adiantou, todos deverão sofrer pena de suspensão, sendo que para a ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges e para Ivar Ferreira o prazo de suspensão será maior que para Hermilo Nóbrega e Heitor Ledur.

— Temos que levar em conta que os ex-senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda tiveram a saída da renúncia e poderão disputar as eleições no próximo ano. Já os funcionários, se forem demitidos, não terão mais a quem recorrer, vão perder tudo o que construíram para o próprio Senado Federal em todos esses anos de trabalho — argumentou Carlos Wilson.

O senador lembrou que a ex-diretora Regina Borges tem uma folha funcional de 32 anos de bons serviços. Ela apresentou sua defesa baseada em que teria recebido uma ordem do então presidente do Senado e do líder do governo na Casa. Carlos Wilson ressaltou que isso não justifica o fato de ela ter cometido um crime ao violar o painel, e por isso deverá ser punida. Para o primeiro-secretário, no entanto, o Senado não pode passar à sociedade a impressão de que tem força para punir funcionários, mas não para cassar senadores.

— Vou deixar explícito no relatório que nenhum funcionário é obrigado a cumprir uma ordem, dada por quem quer que seja, se a ordem for errada, indecorosa, que venha ferir os princípios da moralidade — disse Carlos Wilson.

Investigações não paralisam trabalhos do Senado, diz Lobão

Presidente interino da Casa lembra que, em ocasiões anteriores, votações em Plenário continuaram normalmente

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, garantiu na manhã de ontem que as investigações a serem realizadas pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a exemplo dos trabalhos das comissões de inquérito, "em nada prejudicarão as votações do Plenário da Casa". Ele previu um semestre de "intensa atividade legislativa" e reafirmou o compromisso das Presidências do Senado e da Câmara com a aprovação de um conjunto de projetos já batizado de "pacote ético".

— Dizer-se que o Senado paralisou seus trabalhos por conta daquele debate, acesso até, que houve entre Antonio Carlos Magalhães e Jader Barbalho, é uma desinformação. Votamos aqui um sem-número de projetos, não houve qualquer problema do ponto de vista da votação, até porque as comissões técnicas, as comissões parlamentares de inquérito e o Conselho de Ética funcionam em momentos diferentes das votações no Plenário — explicou.



Para Edison Lobão, "é importante que a sociedade acredite no poder político"

Edison Lobão destacou, por outro lado, a importância da aprovação dos projetos que integram a agenda ética dos parlamentares.

— É importante que a sociedade acredite no poder político que possui, pois ele é fundamental para o funcionamento do regime das liberdades, que é a democracia. Se não há um poder político, que é o Congresso Nacional, não há democracia; portanto, havendo poder político, que é o parlamento, é bom que ele tenha o amor do povo; mas nós não po-

demos ter um parlamento com suspeitas de que há aqui, entre nós, pessoas que não zelam pela ética e a moral; daí a necessidade dessa legislação — argumentou.

O senador lembrou que boa parte desses projetos já foi aprovada pelo Senado e aguarda votação na Câmara dos Deputados há alguns anos. O fim da imunidade parlamentar para crimes comuns é um deles. O que dispõe sobre a quebra automática de sigilo bancário e fiscal para todos os agentes públicos, inclusive os parlamentares, é outro. Os presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados pretendem, ainda, colocar em votação propostas como o fim do voto secreto, a fidelidade partidária e o financiamento público de campanhas eleitorais. Edison Lobão ressaltou, também, o empenho dos senadores em votar a reforma do Judiciário, o projeto que proíbe o porte de armas, as reformas dos Códigos Civil e Penal, além da revisão da Lei das Sociedades Anônimas, entre outras.

Senador espera um semestre produtivo

Ao dar as boas-vindas aos senadores ontem, o presidente interino do Senado, Edison Lobão, avaliou que o atual momento político é "especialmente tenso", em que questões de natureza ético-política assumiram grandes proporções, às quais "não podemos nem queremos virar as costas". Ele considerou que essas questões sensibilizam a opinião pública, que aguarda esclarecimentos cabais às suas dúvidas, "exigindo instrumentos sérios, sólidos, definitivos, que apontem e punam culpados, em processos regulares, e impeçam as recidivas".

Edison Lobão destacou que tanto o Senado quanto a Câmara dos Deputados já deram alguns passos importantes nesse sentido, enfatizando que há algum tempo as duas Casas vêm propondo o rompimento das estruturas parlamen-

tares clássicas, que redundaram em "privilégios inaceitáveis em nosso país". Ele citou, como exemplo, dois projetos aprovados pelo Senado, um que acaba com o sigilo bancário para os agentes públicos e outro que exclui os crimes comuns do direito de imunidade parlamentar.

— São proposições que, espero, não tardarão a ser incluídas nas normas permanentes do nosso sistema legal. Esses dois projetos, na prática, são um anteparo para os muitos motivos que colocam o Congresso sob iterativas salvas de suspeitas — afirmou o senador.

Edison Lobão disse ter plena consciência das limitações impostas pela interinidade na Presidência da Casa, mas manifestou sua esperança de que este semestre seja marcado por um período "de fecundas realizações". Ele infor-

mou que, no decorrer do recesso, as lideranças partidárias decidiram delegar-lhe a elaboração de um calendário mínimo de votações, que deverá pautar os trabalhos legislativos do semestre.

ESFORÇO

O presidente interino do Senado disse esperar que as bancadas partidárias não poupem esforços na apreciação e votação das matérias legislativas reclamadas pela nação. Com maior número de sessões deliberativas e atribuições ampliadas para as reuniões das comissões técnicas, ele considera possível dar mais agilidade ao trabalho legislativo.

— É verdade que temos pela frente problemas políticos sérios, inclusive os que vão surgir pela proximidade das eleições do ano que vem. Contudo, tenho a convicção de que aos senadores, detentores de experiência na vida política, não há de faltar criatividade para o encontro de soluções que correspondam aos mais legítimos e imediatos interesses do povo brasileiro — concluiu.

Lauro quer impedir retirada de apoio a CPIs

O senador Lauro Campos (PDT-DF) apresentou ontem projeto de resolução tornando incompatível com a ética e o decoro parlamentar a retirada de assinatura de requerimento destinado à criação de comissão parlamentar de inquérito. O projeto altera a Resolução 20/93, que instituiu o Código de Ética do Senado.



Lauro Campos diz que CPIs desempenham papel relevante

Em defesa do projeto, Lauro argumenta que a função de controle externo é competência exclusiva do Parlamento, ao qual cabe a fiscalização direta dos atos do Executivo. Em sua opinião, as CPIs desempenham relevante papel no exercício desse controle, não podendo perder assinaturas depois de protocolados os requerimentos para serem criadas.

Ele entende que o Congresso não pode ser alvo de pressões do Executivo, nem sob a forma de imposição dos líderes, nem por meio da liberação de recursos para projetos de interesse de parlamentares.

— O projeto de resolução altera a Resolução 20/93, que instituiu o Código de Ética do Senado. Em sua opinião, as CPIs desempenham relevante papel no exercício desse controle, não podendo perder assinaturas depois de protocolados os requerimentos para serem criadas.

Freitas participa de seminário de Coimbra

Representando a Comissão de Educação, o senador Freitas Neto (PFL-PI) participou do Seminário de Verão de 2001 da Universidade de Coimbra, no período de 16 a 20 de julho. O tema do Seminário, este ano, foi *Os Limites à Soberania com a Integração*.



Freitas Neto com o reitor da Universidade de Coimbra

Na oportunidade, Freitas Neto promoveu uma aproximação entre a Universidade de Coimbra e a Universidade Federal do Piauí. As duas instituições já firmaram, inclusive, convênio de cooperação técnica e científica. Como resultado, professores da Universidade Federal do Piauí estiveram em Coimbra e o reitor da Universidade de Coimbra, professor Fernando Rebelo, visitará o Piauí a partir do dia 14.

Senado vota este mês restrição ao uso de MPs

“Este é um momento histórico na vida do Parlamento brasileiro”, afirmou Edison Lobão, ao receber de Aécio Neves os autógrafos da emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias, aprovada pela Câmara

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, afirmou ontem, ao receber do presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, os autógrafos da emenda constitucional que restringe a edição de medidas provisórias (MPs), que a proposta “restaura o poder do Legislativo”. O texto, acrescentou, será votado pelo Senado ainda no mês de agosto e promulgado em seguida pelo Congresso.

— Este é um momento histórico na vida do Parlamento brasileiro. A emenda é importante para a consolidação do Legislativo, cujo prestígio vinha sendo corroído pela edição indiscriminada de medidas provisórias — disse o senador.

Lobão recebeu Aécio, acompanhado de lideranças da Câmara, no início da noite, e elogiou o esforço dos deputados para cum-

prir a promessa de entregar a emenda ao Senado no primeiro dia de trabalho após o recesso de julho. O presidente da Câmara disse que o texto votado “pode não ser o ideal, mas é um avanço inquestionável”, e representa o acordo que conseguiu praticamente a unanimidade do Plenário. Aécio acrescentou que as lideranças já estão discutindo o projeto de resolução que implementará as novas regras de tramitação de MPs.

Segundo Lobão, as alterações produzidas pela Câmara melhoraram o texto inicialmente aprovado pelo Senado. Na sua avaliação, não haverá dificuldades na votação dessa versão pelos senadores, o que o faz prever a aprovação definitiva da matéria ainda este mês pela Casa.



Cópia do texto aprovado foi entregue a Edison Lobão pelo presidente da Câmara, Aécio Neves, acompanhado de lideranças

Emenda proíbe a reedição de medidas provisórias

A proposta de emenda constitucional aprovada ontem pela Câmara dos Deputados restringe o uso de medidas provisórias pelo presidente da República. O texto estabelece o prazo de 60 dias para a vigência das MPs, proibindo sua reedição. Esse prazo poderá ser prorrogado por mais 60 dias, sem alteração no texto original. Hoje, as MPs têm validade de 30 dias, mas podem ser reeditadas indefinidamente.

A PEC também fixa em 45 dias o prazo para que as medidas provisórias sejam votadas, separadamente, pela Câmara e pelo Senado. Se qualquer uma das duas Casas ultrapassar esse período não poderá realizar nenhuma votação até que delibere acerca das MPs.

Outra novidade estabelecida na PEC é a proibição da edição de medida provisória sobre assuntos regulamentáveis por lei complementar e que tratem de ativos financeiros. Também é vedada a edição de MPs que tratem de assuntos relacionados com planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e créditos suplementares.

A restrição ao uso de medidas provisórias foi proposta originalmente pelo então senador Espiridiano Amin, em 1995, e aprovada em 1997 pelo Senado. Depois de enviada à Câmara, a matéria retornou novamente ao Senado, tendo recebido substitutivo apresentado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS), aprovado na Casa em 1999.

| Principais mudanças na edição de medidas provisórias | |
|---|--|
| Como é hoje | Como fica |
| Prazo de vigência 30 dias | 60 dias, prorrogáveis por mais 60 |
| Reedição As MPs podem ser reeditadas várias vezes | Proibida |
| Conteúdo das MPs Qualquer assunto, obedecidos critérios de relevância e urgência | Não podem abordar assuntos relacionados com orçamentos, planos plurianuais, ativos financeiros, poupança popular, sequestros de bens, além de temas regulamentáveis por meio de lei complementar |
| Prazo para votação pelo Congresso Não estabelecido | 45 dias, sob pena de trancar a pauta de votações |
| Tramitação As MPs são analisadas no Congresso por comissão mista formada por senadores e deputados | A tramitação sempre se iniciará pela Câmara e a votação será separada nas duas Casas |

Althoff entrega à Câmara representação contra Eurico

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Futebol, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), entrega hoje, às 15h30, ao presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, representação contra o deputado federal e presidente do Vasco da Gama Eurico Miranda, denunciando que o parlamentar ameaçou fisicamente assessores da CPI, no dia 4 de julho, quando foi realizada uma ação de busca e apreensão na sede do clube.

— A representação não pede a cassação de Eurico Miranda por quebra de decoro parlamentar. Cabe à própria Câmara dos Deputados tomar a posição que porventura entender cabível no caso — esclareceu Althoff, acrescentando que também entregará a Aécio Neves toda a documentação referente às denúncias apresentadas no primeiro semestre deste ano pela CPI ao Ministério Público.

Geraldo Althoff informou ainda que até o momento não recebeu nenhum comunicado oficial sobre a data, o horário



e o local onde Eurico Miranda prestará depoimento à CPI. Por estar no exercício do seu mandato de deputado federal, o presidente do Vasco tem direito a escolher quando e onde será ouvido pelos integrantes da comissão parlamentar de inquérito. Além de Eurico, também deverão prestar esclarecimentos nos próximos meses os presidentes da CBF, Ricardo Teixeira, e do Flamengo, Edmundo Santos Silva.

FUNDAMENTAL

O presidente da CPI, senador Álvaro Dias (sem partido-PR), disse que, apesar de importantes, os depoimentos não representam a parte fundamental do trabalho das comissões parlamentares de inquérito.

— Mais importantes são a documentação e as provas recolhidas. O depoimento é a oportunidade que se oferece para o esclare-

cimento dos fatos, mas não dependemos dele para apresentar e remeter o relatório final dos trabalhos para o Ministério Público — afirmou.

Álvaro Dias destacou que, além de intensificar as investigações, a CPI do Futebol está recolhendo material para subsidiar a proposta que será apresentada no sentido de aperfeiçoar a legislação do futebol brasileiro. A CPI vai, ainda, ouvir a Ordem dos Advogados do Brasil e o Superior Tribunal de Justiça Desportiva, e discutir com juristas do setor o que pode ser melhorado em matéria de legislação para o desporto brasileiro, adiantou o senador.



Althoff: cabe à Câmara tomar a posição que julgar cabível



Eduardo Suplicy acredita que o turismo pode ser uma das alternativas para o Peru

Suplicy manifesta esperança pela posse de Toledo

Representando o Senado Federal, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) compareceu à posse do presidente peruano Alejandro Toledo, que se realizou no último sábado em Lima, a capital do país. De acordo com o parlamentar, a eleição representou um marco para a democracia do continente sul-americano. Ele lembrou que após dez anos sob o comando de Alberto Fujimori – envolvido em denúncias de corrupção e hoje auto-exilado no Japão –, o Peru tem pela primeira vez um presidente de descendência indígena, que, a seu ver, não representa os interesses das elites.

O senador também esteve presente à cerimônia ocorrida no dia seguinte em Machu Picchu, onde, cumprindo uma promessa de campanha, o presidente assumiu, de forma simbólica, o cargo perante a comunidade indígena. Suplicy entende que, com essa atitude, o presidente valorizou as próprias origens e a tradição de seu povo.

Durante a sessão de ontem, o senador leu trechos de uma entrevista que a primeira-dama, Ellen Caip, concedeu ao principal jornal do país. Na publicação, a esposa do presidente fez uma análise sobre a situação social do Peru e expressou a sua esperança de que aquela nação seja “uma das terras de igualdade e equidade para todos os povos”.

Compartilhando do mesmo sentimento de esperança, Suplicy fez uma rápida descrição da situação que o presidente peruano terá que enfrentar. Apesar de mais da metade dos 26 milhões de habitantes estarem abaixo da linha de pobreza, o senador acredita que seja possível inserir o país na globalização sem com isso deixar de lado as questões humanas. Uma das possíveis saídas apontadas por Suplicy para resolver os problemas socioeconômicos do Peru é o turismo. Para o parlamentar, é inadmissível que “um dos lugares mais bonitos do planeta, com valor histórico e cultural inquestionável”, receba somente 600 mil visitantes ao ano.

Osmar quer mudança nas leis trabalhistas

Senador apresenta projetos visando modernizar a legislação, “não para tirar direitos dos trabalhadores, mas para estimular o aumento da oferta de empregos formais”

O senador Osmar Dias (sem partido-PR) defendeu ontem a necessidade de se modernizar a legislação trabalhista, não para tirar direitos dos trabalhadores, mas para estimular os empresários e proprietários rurais a aumentarem a oferta de empregos formais. “Se temos 50% da mão-de-obra do país na economia informal, está claro que a legislação não é adequada”, salientou.

Ele apresentou alguns projetos com essa finalidade, entre eles o que dá prazo de cinco anos, ao invés dos atuais 20 anos, para que o trabalhador apresente uma ação cível por acidente de trabalho. Outro retira do cálculo de demissão os benefícios *in natura* – terra para plantar, no caso do empregado rural, e vales-refeição ou transporte, no caso do trabalhador urbano.

Uma terceira proposta diminui a multa sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em 8%, por ano, até chegar a zero. “Essa multa é irreal em tempos de inflação baixa e leva o empresário a preferir o trabalho terceirizado a assinar carteiras de

trabalhadores”, advertiu.

Como prova de que uma modificação na legislação trabalhista pode gerar empregos de maneira imediata, Osmar citou uma emenda constitucional – que trabalhou para aprovar no ano passado – limitando em dois anos o prazo de prescrição dos direitos do trabalhador rural, idêntico ao que vigora para o trabalhador urbano mover ações judiciais. “No Paraná, entre janeiro e maio de 2001, o nível de emprego rural aumentou em 8%, e tenho certeza de que o motivo foi esse”, disse.

Ele explicou que a Constituição de 1988 tornou imprescritível o prazo para ações cíveis dos trabalhadores no campo, fato que estava levando os proprietários rurais a contratarem bóias-frias ao invés de empregados fixos, com medo de ações trabalhistas, diante da impossibilidade de guardar recibos e notas de todos os seus empregados indefinidamente.

Em apartes, Ney Suassuna (PMDB-PB) e Romeu Tuma (PFL-SP) concordaram com a necessidade de se modernizar a legislação trabalhista brasileira, que data de 1943.



Para Osmar Dias, “está claro que a legislação não é adequada”

Maldaner avalia resultados do Plano Nacional de Segurança

Apesar de avaliações divergentes, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destacou ontem que, após um ano, completado no dia 20 de junho, o Plano Nacional de Segurança Pública alcançou resultados importantes. Ele enfatizou que restam graves problemas a serem resolvidos, mesmo porque “é fundamental combater as causas sociais da criminalidade”, mas é positivo que, conforme pesquisa divulgada pelo jornal *Correio Braziliense*, 18 secretários estaduais de Segurança elogiem o plano, “com uma ou outra ressalva”.

– Na verdade, eles comemoram não apenas os recursos recebidos, mas o envolvimento do governo federal com a questão – afirmou.

A criação de índices nacionais

de criminalidade foi um dos aspectos elogiados pelo senador, para quem essa medição “é imprescindível para o estabelecimento de políticas públicas e para sua coordenação, já que o crime não conhece fronteiras”. Foi esse novo instrumento que permitiu verificar um aumento de 15% no número de crimes contra a pessoa nos últimos dois anos, exemplificou.

Na opinião de Maldaner, as dificuldades do governo federal na concretização das propostas do plano foram agravadas pelas greves das polícias civis estaduais e os motins dos policiais militares. Para enfrentar estes últimos problemas, no entanto, ele discorda das propostas do governo de unificar as polícias e criar uma guarda nacional.



Casildo Maldaner discorda da criação de uma guarda nacional

Suassuna protesta contra falta de alimentos para flagelados

O quadro de abandono e miséria gerado pela “seca verde” na Paraíba levou o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) a afirmar ontem em Plenário estar sentindo “vergonha” de ser brasileiro. “A sensação nesse fim de recesso é de que esqueceram de um pedaço do Brasil”, afirmou, alertando que há 72 dias os flagelados do estado sofrem com a falta de regularidade no envio de cestas básicas e carrossa pelo governo federal.

Segundo Suassuna, há três dias as estradas de acesso a Sousa e Cajazeiras estão bloqueadas por trabalhadores famintos. Como algumas cidades sofrem com a falta de chuvas há mais de três anos, o senador lembra que só resta à população o auxílio do governo para ter acesso a água e alimentos.

O problema é que, de acordo com o senador, os carrossa e cestas básicas têm sido insuficientes para atender à demanda e seu envio sofre os efeitos da burocracia. “Em alguns municípios a ajuda chega a 20 dias



Ney Suassuna aponta quadro de abandono e miséria na Paraíba

do fim do período de calamidade pública”, revelou, informando ter feito ontem uma peregrinação pelos ministérios ligados à questão, ao lado do deputado federal Efraim Moraes (PFL-PB) e do governador José Maranhão, para tentar acelerar a assistência aos flagelados paraibanos.

Apesar de reafirmar seu apoio ao governo, o sofrimento dos conterrâneos levou Suassuna a admitir seu sentimento de “revolta, vergonha e tristeza” frente à falta de dinheiro para cestas básicas, enquanto, como disse, há recursos para socorro a bancos e manutenção do câmbio. O senador paraibano também se disse decepcionado com a enxurrada de escândalos no meio político divulgados pela imprensa. “Às vezes, nós que fazemos a vida pública chegamos a nos perguntar se esse é o caminho certo para servir a comunidade”, desabafou.

Em aparte, os senadores Wellington Roberto (PMDB-PB) e Romeu Tuma (PFL-SP) compartilharam a preocupação de Suassuna.

Wilson cobra atenção para agricultura no São Francisco

O senador Carlos Wilson (PPS-PE) defendeu ontem que o Ministério da Agricultura atue na defesa da produção agrícola do Vale do Rio São Francisco, ameaçada pela seca e pelo racionamento de energia. A seu ver, apesar de envolvido em sérios problemas administrativos

e com atuação mais voltada para o comércio exterior, o ministério deve cumprir seu papel de defender a atividade agrícola como um todo.

– Eu queria fazer um apelo. A agricultura brasileira não é apenas carne e grãos. Toda uma atividade bem-sucedida, a agricultura irrigada do Vale do Rio São Francisco, está em xeque. A necessidade de racionamento de energia deve elevar os custos de produção de tal forma



Fruticultura na região deve ter tratamento diferenciado, diz Wilson

que pode inviabilizar a atividade – disse o senador.

Segundo Carlos Wilson, são 330 mil hectares irrigados que produzem, anualmente, 1,8 mil toneladas de frutas. São uvas de mesa, mangas, goiabas, coco, melões e outras frutas. Somente do

lado pernambucano, a atividade gera 50 mil empregos e a produção representa um valor aproximado de R\$ 100 milhões por ano.

– Espero que as áreas irrigadas do rio São Francisco recebam, por parte do governo federal, um tratamento diferenciado neste momento. Não se pode condenar ao retrocesso toda uma região, todo um projeto bem-sucedido de desenvolvimento – enfatizou.

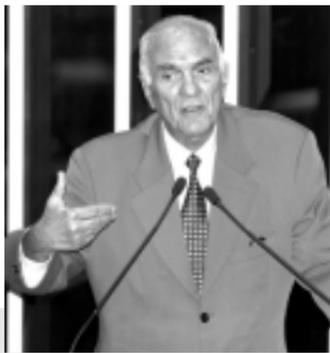
Roberto Saturnino alerta para gravidade da situação do país

Para senador, saída de Tapias se deve a incompatibilidade com a política econômica traçada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) criticou ontem a política econômica do governo, alertando para a gravidade da situação econômica e social do país e para os riscos de uma desagregação em escala ainda maior. Ele disse que na semana passada, com a saída do ministro Alcides Tapias, ocorreu a quarta desistência do titular da pasta do Desenvolvimento, o que, segundo o senador, se deve à incompatibilidade da tarefa de promover o desenvolvimento com a política econômica traçada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Saturnino afirmou que essa política "é restritiva e contrária a qualquer ideia de desenvolvimento", acrescentando que "não há no horizonte, pelo menos até a assunção de um novo governo", nenhuma perspectiva de retomada do desenvolvimento. Ressaltou que o atual governo é subserviente ao mercado financeiro internacional e ao Fundo Monetário Internacional.

Ele lembrou as promessas do presidente Fernando Henrique



Atual política econômica é contrária a qualquer ideia de desenvolvimento, afirma Saturnino

Cardoso de retomada do desenvolvimento e destacou que este é o único caminho para combater o desemprego e melhorar a distribuição de renda. O senador recordou que o desenvolvimento era uma promessa dos grandes centros capitalistas do mundo na década de 50, quando foram criadas instituições para fomentá-lo, e lamentou que hoje a expressão tenha sumido do vocabulário econômico.

O projeto de desenvolvimento era

ligado à soberania das nações, disse Saturnino, "mas o mercado e a visão neoliberal reduziram o papel dos Estados-nação, e o desenvolvimento fica dependente das decisões do mercado financeiro internacional, criando vulnerabilidades crescentes" em todos os países.

— Não existe mais desenvolvimento, mas um mercado financeiro cruel com as questões sociais e exigente nas questões de afirmação dos seus interesses sobre as soberanias dos Estados nacionais — afirmou.

Saturnino observou ainda que o Senado não pode fugir da responsabilidade de examinar e julgar, com presteza, as denúncias que envolvem o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) para poder dar atenção a outros assuntos graves da nação, como a crise econômica.

Em aparte, Ademir Andrade (PSB-PA) disse que não há outra solução para a Argentina e para o Brasil que não seja uma nova forma de encarar o pagamento das dívidas interna e externa. Geraldo Cândido (PT-RJ) parabenizou Saturnino pelo discurso.

Maria do Carmo quer medidas contra prática de juros abusivos

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) conclamou o governo a encontrar uma nova combinação de medidas de política econômica para garantir a estabilidade da moeda e os investimentos, sem prejudicar a economia do país e a sociedade com a prática de juros abusivos.

— Segundo dados publicados no jornal da Associação dos Servidores do Senado, quem depositou R\$ 100 na caderneta de poupança em julho de 1994, quando teve início o Plano Real, tem hoje R\$ 374,34 na conta. Quem, por outro lado, ficou devendo R\$ 100 no cheque especial, tem hoje uma dívida de R\$ 139.254,82. Isso é estarrecedor — afirmou.

Maria do Carmo explicou que essa diferença espantosa se deve ao fato de o rendimento da poupança ter sido, em média, de 1,41% ao mês, enquanto a taxa de juros do cheque especial tem alcançado, em média, 8% ao mês. A política é do governo mas este lucro imenso é apropriado pelos bancos, que escapam do Imposto de Renda, como atestam seus balanços anuais, garantiu.

Para a senadora por Sergipe, a atual política de juros beneficia os bancos e endivida o país como



Para Maria do Carmo, é preciso garantir a estabilidade da moeda sem prejudicar a economia

um todo, dificultando a produção interna e as exportações. O Plano Real trouxe a queda da inflação, afirmou, mas também provocou aumento de 5% para 7% na taxa de desemprego, a balança comercial passou de superavitária a deficitária e a participação brasileira no comércio mundial encolheu.

O dado mais preocupante diz respeito à dívida interna, que aumentou em R\$ 400 bilhões entre 1994 e 2001, representando uma nuvem negra que suga, anualmente, bilhões de reais em juros, limitando a níveis irrisórios as disponibilidades orçamentárias para setores estratégicos, enfatizou.

Alcântara: chegou a vez do pequeno investidor

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), acredita que finalmente chegou a hora do pequeno investidor no país. Em entrevista concedida ao programa *Agenda Econômica* da TV Senado, que irá ao ar neste final de semana, ele procurou destacar a importância, para a economia brasileira, da aprovação da proposta que altera a Lei das Sociedades Anônimas. O projeto está sendo discutido conjuntamente pela CAE e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Após deliberação das comissões e do Plenário do Senado, se não sofrer modificações o projeto irá à sanção presidencial. Caso venha a ser modificado, será reexaminado pela Câmara dos Deputados.

Alcântara disse que, apesar do clima político vivido pelo Senado, a CAE cumprirá um ritmo intensivo de trabalho durante todo este semestre, examinando medidas de grande repercussão econômica, como a proposta de mudança da Lei das S.A. e a que cria o Código de Defesa do Contribuinte.

Segundo Lúcio Alcântara, o



Lúcio Alcântara destaca que nova Lei das S.A. também dá novas atribuições à CVM

brasileiro, em geral, não tem o costume de fazer aplicações no mercado de capitais. Essa falta de hábito, assinala, deve-se em grande parte a um pouco caso por parte das empresas de capital aberto para com os acionistas minoritários, tratamento que, a seu ver, a proposta da nova Lei das S.A. poderá mudar de forma decisiva.

Uma vez mudado esse tratamento, com mais voz e mais garantias aos pequenos investidores, estes certamente passarão a

aplicar suas poupanças no mercado acionário, a exemplo do que acontece em outros países, como nos Estados Unidos, acredita o senador. A proposta também dá novas atribuições à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), tornando sua atuação mais eficaz sobre os agentes do mercado de capitais, o que, segundo Alcântara, resultará em aumento do grau de confiabilidade no mercado.

Quanto ao projeto de criação do Código de Defesa do Contribuinte, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), o presidente da CAE disse que fez questão de prorrogar o prazo de votação para permitir uma discussão mais cuidadosa sobre o tema. Ele considera que é perfeitamente possível aprovar um código que garanta um tratamento mais igualitário entre fisco e contribuinte, mas observa que esse novo regulamento não deve estimular a sonegação, que já é elevada no país.

A entrevista concedida pelo senador Lúcio Alcântara ao programa *Agenda Econômica* irá ao ar neste sábado à 1h e 13h30; no domingo, às 19h30; e na segunda-feira, à 1h, 6h30, 13h30 e 19h30.

Amazônia e desenvolvimento em debate na TV Senado

Amazônia e desenvolvimento são os assuntos do programa *Entrevista* que será veiculado hoje pela TV Senado. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), convidado do programa, defende a proteção da Floresta Amazônica e a exploração de suas riquezas naturais de maneira racional, sem a intervenção estrangeira, como um dos meios para o desen-

volvimento do país. O programa vai ao ar às 3h30, 7h30 e 20h30.

No programa *Cidadania* de hoje o assunto é repressão política. Presentes o senador Roberto Freire (PPS-PE) e o jornalista Ayrton Maciel, autor do livro *A História Secreta: prontuários do Dops*. O programa será transmitido às 6h30 e 19h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Freire e o jornalista Ayrton Maciel falam sobre a repressão política no Brasil
7h30 — *Entrevista* — O sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre a Amazônia e o desenvolvimento
8h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
8h30 — *Saúde/Unip* — Alcoólicos anônimos — Parte 2
9h — *As Cores do Brasil* — Vila Planalto
9h30 — *Entrevista* — O sen. Airlindo Porto fala sobre a

correção do Imposto de Renda
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Reunião do Conselho de Ética (gravado)
16h — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Entrevista* — O sen. Airlindo Porto fala sobre a correção do Imposto de Renda
19h — *As Cores do Brasil* — Vila Planalto
19h30 — *Cidadania* — O sen. Roberto Freire e o jornalista Ayrton Maciel falam sobre a repressão política no Brasil
20h30 — *Entrevista* — O sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre a Amazônia e o desenvolvimento
21h — *Jornal do Senado* — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Eduardo cobra conclusão da Ferrovia Norte-Sul

Senador pede que o governo inclua a obra no programa de privatização ou garanta os recursos necessários para completá-la. Segundo ele, interesses econômicos podem estar impedindo a execução do projeto



Eduardo diz que a iniciativa privada demonstra interesse em assumir o restante da obra

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) pediu ontem que o governo federal inclua a Ferrovia Norte-Sul no programa de privatização ou garanta os recursos necessários à sua conclusão. Segundo ele, a iniciativa privada tem demonstrado interesse em assumir o restante da obra, que inaugura no próximo dia 5 a ponte sobre o rio Tocantins.

Para Eduardo Siqueira Campos, interesses contrários à exportação da soja produzida no Tocantins, no Maranhão e no Mato Grosso

poderiam estar impedindo a conclusão da obra até Brasília. O senador explicou que a soja transportada por ferrovia chegaria ao porto maranhense de Itaqui a um preço imbatível no mercado internacional.

Ele apontou como exemplo de investimento privado a construção da usina hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães, construída sem recursos públicos em menos de quatro anos. A usina faz parte de uma série de obras que serão inauguradas no próximo dia 5

pelo governo de Tocantins, informou Eduardo. Também serão inaugurados o aeroporto internacional de Palmas e um grande terminal rododiferroviário.

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) disse que a ferrovia Norte-Sul "é um anseio antigo" e que precisa ser finalizada. Piva lembrou ainda o aniversário, ontem, do governador do Tocantins, pai do senador Eduardo Siqueira Campos, e pediu que fossem transmitidos seus votos de saúde e felicidade.



Nabor Júnior chama atenção para consequências do bloqueio na BR-364

Amir Lando pede titulação de terras para agricultores de Rondônia

O senador Amir Lando (PMDB-RO) pediu ontem, em discurso no Plenário, que o governo acelere a entrega de documentos definitivos de propriedade de terra a milhares de agricultores de Rondônia, a maioria à espera da providência há mais de dez anos. "Eles já não suportam mais, pois sem a titulação não podem sequer pedir empréstimos nos bancos para investir. Parece até que o governo quer desocupar a Amazônia", disse.

Depois de informar que viu em toda Rondônia, no mês de julho, "muita revolta com o governo por causa da morosidade no processo de titulação", Amir Lando alertou que a atitude acabará aumentando os conflitos pela terra na região. Para ele, a falta de solução acaba levando sem-terra à invasão.

— Infelizmente, a cada dia há de uma a duas mortes nos conflitos fundiários de Rondônia. Recentemente, houve oito mortes num conflito em Jacilândia e o fato nem chegou a ser noticiado pela imprensa. Hoje ainda há possibilidade de se

resolver os problemas fundiários de Rondônia, mas daqui a pouco será tarde — afirmou.

Amir Lando observou que esteve com o presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para tratar do problema e encontrou receptividade, mas ninguém fala em prazos para a solução definitiva. Em apertes, os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Ademir Andrade (PSB-PA) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) apoiaram as reclamações de Lando. Ademir disse que o governo não entrega "há anos" titulações de terras na Amazônia, "pois o Incra não tem dinheiro para nada, porque o governo só pensa em pagar juros da dívida pública".



Amir Lando adverte que demora pode aumentar conflitos pela terra

Jucá saúda início da transmissão de energia da Venezuela para Roraima

O início do funcionamento da linha de transmissão de energia elétrica entre a Venezuela e Boa Vista, em Roraima, concretizado no último dia 22, foi registrado ontem em Plenário pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). O senador acredita que a energia vinda da usina de Guri, na Venezuela, ajudará a transformar o estado. Ele informou que a Eletronorte investiu R\$ 55 milhões na construção da linha de transmissão.

O senador lembrou que o projeto é antigo e já fazia parte dos planos de ação apresentados na campanha de Fernando Henrique Cardoso à Presidência em 1994. Jucá, por sua vez, defendeu a iniciativa durante a campanha eleitoral que culminou com sua elei-



Jucá defende agora a interligação elétrica de Boa Vista com Manaus

ção para o Senado. Ele ressaltou que o presidente Fernando Henrique acreditou na proposta e determinou que fosse colocada em prática.

O senador, que esteve presente à cerimônia durante a qual foram acionadas as chaves que deram início à transmissão de energia, parabenizou o governo federal, os ministros envolvidos e a Eletronorte.

Romero Jucá informou que agora está em estudos a interligação elétrica de Boa Vista com Manaus, para que a região Norte seja conectada com um sistema elétrico confiável. A interligação terá um total de 690 quilômetros de extensão, sendo 500 quilômetros na Venezuela e 190 quilômetros no Brasil.

Mozarildo: obra evita "apagões" na região

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou em Plenário ontem a conclusão da interconexão para a transmissão da energia elétrica gerada em usina hidrelétrica da Venezuela até Boa Vista (RR). Segundo o parlamentar, a obra vai evitar que os "apagões" cheguem à região.

— Essa linha de transmissão vai fornecer energia elétrica suficiente para o estado de Roraima por pelos menos 25 anos. O mesmo não acontece no Sul, Su-



Segundo Mozarildo, linha garante energia para Roraima por 25 anos

energia firme, barata e gerada por uma hidrelétrica equivalente à de Itaipu, no Paraná — informou.

Segundo o senador, o presidente Fernando Henrique Cardoso deverá inaugurar a linha de transmissão nos próximos dias. Mozarildo estranhou em seu discurso que o presidente da Eletrobrás, Cláudio Ávila da Silva, tenha convidado apenas um senador de Roraima para a inauguração. "Foi uma falta de respeito com os outros senadores do estado", concluiu.